

MOVIMENTO

25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 23 — 11 JULHO 1975 (Quinzenal)

Preço 2550

5.ª DIV. EMGFA
Rua Cova da Moura, n.º 1

DISTRIBUIDO POR
O SECLIO

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDRO-
GRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

MFA-POVO REVOLUÇÃO

O reconhecimento, pela Assembleia do MFA, dos organismos populares unitários de base representa um passo histórico no avanço do processo revolucionário. Porque é pela participação revolucionária das massas populares que a revolução avança e se afirma; porque é numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular que a acção das massas se torna determinante e real; porque é pelo desenvolvimento de um poder popular não dirigido por qualquer aparelho burocratizado que a verdadeira vanguarda revolucionária germinará e conduzirá o povo português ao socialismo.

O documento aprovado pela AMFA é um "documento-guia". O que significa ser ele passível de correcções e ajustamentos no sentido de que seja de facto o avanço para um poder popular que se consagre. Nenhum socialismo existe fora do poder exercido pelas massas populares; nenhum socialismo será possível no quadro do aparelho de Estado burguês.

Donde a consciência do significado do espírito do documento, mais do que o da sua letra. É a criação de um verdadeiro poder socialista e popular (forma superior da democracia) o objectivo. Mas os avanços terão de ser determinados pelas próprias massas populares. Serão elas — e só elas — o motor do processo revolucionário. Não poderá haver lugar — sob pena de se subverter a própria revolução — para quaisquer formas de dirigismo da acção popular, para quaisquer tentativas de confundir a dinâmica revolucionária com a dinâmica putchista dentro de um processo que se pretende seja autenticamente revolucionário. E aqui reside um dos diversos perigos nos quais o MFA deve atentar. E da consciência de tais perigos deve resultar, da parte dos diversos órgãos de base do MFA, a necessidade de uma vigilância: a de, em conjunto com as massas populares, se evitar permanentemente, sob a capa de "organizações unitárias", a penetração dirigista das estruturas burocratizadas com o objectivo de canalizar a acção livre e criadora das organizações populares que vão (ou forem) surgindo para as vias da subordinação aos interesses dos grupos políticos cupulistas.



Tal vigilância e a consequente acção dos militantes do MFA é o maior e melhor contributo que cada um de nós pode dar para a libertação do nosso povo. Só assim terá sentido a definição do MFA como "movimento de libertação". Só assim terá sentido a aliança Povo-MFA. Ou, melhor dizendo, a aliança MFA-Povo. Porque se queremos, de facto, ser o braço armado da libertação do nosso povo, somos nós, MFA, quem terá de se aliar a ele tomando parte a seu lado no dia a dia da sua luta pela construção da sociedade justa e livre.

A capacidade demonstrada por cada um de nós em sermos, de facto, povo; a permanente confiança de cada um de nós nas massas populares como único motor e garante do processo revolucionário, são as condições básicas da vitória de um projecto de que o documento aprovado pela AMFA procura, no seu espírito, ser eco.

A CRISE ECONÓMICA, A BATALHA DA PRODUÇÃO E A LUTA PELO SOCIALISMO

A grave crise com que se debate a nossa economia, não deve ser encarada de ânimo leve por todos aqueles que estão interessados em maiores e mais profundos avanços no nosso processo revolucionário, pois regime algum progressista jamais sobreviveu ou se implantou num país mergulhado no descalabro económico.

QUEM SUPORTA A CRISE?

No momento actual essa crise significa antes de mais que, embora o poder dos monopólios e dos latifúndios tenha já sido quebrado, são as classes mais desfavorecidas as que suportam maiores dificuldades e efeitos dessa crise, no que respeita aos preços dos produtos essenciais. A burguesia, já sem o domínio hegemónico do poder político, goza, ainda de bastantes privilégios, para pouco se preocupar com a crise. Pelo contrário, vivemos numa situação em muito semelhante ao que se passou em outras épocas e regimes, em que as forças socialistas possuindo um ascendente cada vez mais poderoso sobre as outras classes, tiveram pela frente a crise económica habilmente orientada e explorada pelos sectores da burguesia que dessa maneira lhe colocavam um poderoso travão. É que o desenrolar desta crise é caracterizado por significativas baixas de produção em muitos sectores, nomeadamente os alimentares e de exportação, para dificultar o abastecimento normal do País, provocar a penúria dos respectivos bens, a consequente alta de preços ou mesmo a sua venda no "mercado negro" a preços exorbitantes; por sabotagem económica da burguesia através do encerramento de empresas, despedimentos sem justa causa, declarações de falências injustificadas arrastando milhares de trabalhadores para o desemprego; no campo internacional por um corte das importações e exigências de pagamentos antecipados em divisas na exportação de produtos essenciais à nossa indústria e por campanhas de desinformação e calúnias junto dos nossos emigrantes e dos possíveis turistas na tentativa de criar ainda maiores dificuldades à entrada de moeda estrangeira. Tudo isto se reflecte sobre a nossa balança de pagamentos na medida em que temos cada vez mais dificuldade em satisfazer os nossos compromissos internacionais e consequentemente sobre o esgotamento rápido das nossas reservas e divisas.

QUEM PROMOVE A CRISE

A crise económica colocou-nos no plano interno em dificuldades que a burguesia capitalista social-democrata em desespero, vai tentar utilizar para

suscitar e depois agravar o descontentamento entre as classes mais desfavorecidas e demagogicamente as poder utilizar na conquista do poder político. É sempre assim que se derrubam governos progressistas que pretendem construir o socialismo como no Chile. Foi assim que em períodos de crise em que a conquista do poder pelos trabalhadores era possível, a burguesia se utilizou do descontentamento face às dificuldades existentes e impôs os seus ditadores nazis como na Alemanha e na Itália depois da 1.ª guerra mundial. É assim que em Portugal se tenta fazer andar para trás a roda da história utilizando os mesmos processos. A burguesia, quando o seu instinto golpista não resulta como no 28 de Setembro e no 11 de Março, procura outros processos mais lentos mas mais demolidores, não aparecendo claramente à luz do dia, mas utilizando forças políticas que pela sua linguagem exploram a confiança do povo na via socialista preconizada pelo MFA.

No plano internacional, aquelas forças têm grandes apoios, actuando quase sempre em íntima colaboração na sua tática, pois a implantação em Portugal de um socialismo autêntico, e tendo como base a aliança Povo-MFA, é um exemplo que pode frutificar, nomeadamente naqueles países do Terceiro-Mundo ainda vítimas de uma intensa exploração e dominação pelo imperialismo. Cabe aos trabalhadores daqueles países, onde o boicote ao nosso processo revolucionário é mais forte e cuja luta contra o inimigo é a mesma, expressar a sua aliança objectiva com os trabalhadores portugueses na denúncia das manobras do imperialismo e seus aliados e impedir a sua ingerência nos assuntos internos do povo português. Será uma contribuição importante para que a construção do socialismo seja uma realidade do nosso tempo e não adiada para as "calendas gregas".

A RESOLUÇÃO DA CRISE

A resolução da crise económica é por tudo isto algo que nos diz respeito. A ela se liga intimamente a nossa independência nacional e a consequente recusa da subordinação à política de qualquer bloco a nível mundial tendo no entanto sempre bem presente que o nosso inimigo principal é o capitalismo, e o imperialismo. É pois passo indispensável o lançamento de um plano de reconstrução nacional que defina quais as etapas na fase actual com objectivos claros e bem definidos. É neste contexto que se insere a "batalha da produção", lançada precisamente no 1.º de Maio, dia mundial dos trabalhadores. Não se trata de mais um "slogan", mas de uma

tarefa muito concreta que é a de aumentar a produção onde for possível de molde a diminuir a nossa dependência.

Quando se diz que é preciso produzir mais não é a defesa dos lucros do patrão que se pretende, como alguns grupos têm defendido lançando a confusão no seio dos trabalhadores. Todos nós sabemos que hoje os trabalhadores conquistaram amplas possibilidades de organização em todos os locais de trabalho, para defesa dos seus interesses. Todos nós também sabemos que existem ainda forças poderosas com influência ao nível do poder para tentar contrariar o avanço do processo revolucionário; mas também sabemos que não é momentaneamente, como os mesmos grupos defendem, que a classe operária toma o poder. A aceitação de uma linguagem deste tipo poderia criar dificuldades e grandes resistências ao avanço do processo, quando estamos em presença de forças reaccionárias ainda não neutralizadas e largos sectores de empregados e camponeses cuja compreensão das vantagens que o socialismo traz para todos os trabalhadores se faz de uma forma contraditória em que a sua situação de explorados é também demagogicamente utilizada. Hoje os principais detentores do poder político (MFA e seus órgãos) não são contra os interesses dos trabalhadores e neles cada vez mais se terá de reflectir o poder que a sua capacidade de organização for criando em toda a sociedade. Reforçando essa organização, unificando a sua vanguarda, os trabalhadores combaterão divisionismos e congregando esforços na luta contra o inimigo de classe, lançarão fora da carroça aqueles que não se quiserem comprometer nesta tarefa.

COMO SE DEVE ENTENDER A "BATALHA DA PRODUÇÃO"...

Dizer que não é possível que o povo se interesse pela batalha da produção sem conquistar o poder é um sofisma perigoso, porque o povo nunca conquistará nenhum poder, nem, dessa forma, o socialismo, se a crise económica se agravar, se as reivindicações exageradas e incomportáveis em muitas empresas e no sector público continuarem, se a diminuição do horário de trabalho fosse levado a cabo. Trata-se sim de um processo dialéctico, não esquemático em que aqueles factores são indissociáveis. Mas por outro lado torna-se indispensável dar um conteúdo correcto ao significado da batalha da produção como tarefa da reconstrução nacional em que estamos empenhados.

(Cont. na pág. 6)



NOTÍCIAS

TOMADA DE POSSE DO NOVO CHEFE DA 5.ª DIV./EMGFA

No Centro de Sociologia Militar e perante os militares que nela prestam serviço, processou-se a tomada de posse do novo chefe da 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, capitão-de-mar-e-guerra Ramiro Correia.

A determinação, por parte do Conselho de Revolução, de colocar na chefia da 5.ª Divisão do EMGFA um dos seus membros, revela a sua grande importância como órgão de apoio directo do CR e do próprio MFA, o que, aliás, a sua história confirma plenamente. Pela importância das palavras proferidas transcrevemos extractos da intervenção do comandante Ramiro Correia.

Camaradas;

A 5.ª Divisão, desde 25 de Abril, vem assumindo um papel de relevo na Revolução Portuguesa.

Desenvolvendo actividades vastas, em inúmeros sectores da vida nacional, o trabalho da 5.ª Divisão tem deparado com as dificuldades e as contradições do processo histórico que vivemos, as quais tem superado de tal forma que podemos afirmar, que sendo a opção socialista do MFA realmente irreversível, para isso muito contribui o empenhamento decidido de todos os militares dos 3 ramos das FA que ao longo de todo o País estão ligados à 5.ª Divisão.

Por alguns erros cometidos, não nos perseguem quaisquer sentimentos de culpa. Analisamos os erros, e seguimos em frente, procuramos não cometer os mesmos erros e evitar outros.

Impõe-se na luta que se vive em Portugal palavras de serenidade, de firmeza, de responsabilização.

O MFA é um movimento não partidário que procurará construir uma sociedade socialista, tendo como natural suporte e apoio, os partidos que pelo seu programa e prática políticas demonstrem um interesse real em alcançar esse objectivo.

Entendemos o MFA como um movimento militar revolucionário nascido dentro das FA, reformulando-as e transformando-as em FA democráticas, o braço armado da revolução portuguesa.

Dentro das FA não permitiremos quaisquer organizações de carácter político, partidário ou não, estranhas ao MFA. Fora das FA não permitiremos quaisquer organizações armadas.

Temos do socialismo uma ideia dinâmica da transformação da sociedade. Partimos de uma sociedade capitalista e muito errado seria, abstrairmos das realidades e inventar um país, qua-

ros e mentalidades. Queremos alcançar uma sociedade em que todos os cidadãos tenham idênticas oportunidades nos campos social, político e económico.

O que passa por uma dinâmica de transformações. O que implica uma firme direcção política e a participação cada vez mais ampla e mais consciente, de todos os cidadãos portugueses na vida nacional.

O que impõe a necessidade de utilizar o que existe, numa perspetiva política consequente, que permite a mobilização de uma vontade colectiva de construir uma sociedade justa.

Dentro das FA a acção da 5.ª Divisão é fundamental. Coordenando a acção política-militar dos três ramos das FA apoiando-se nos Gabinetes de Dinamização do Exército, Marinha e Força Aérea e no COPCON, desempenhará missões de informação e formação dos quadros militares, bem como de ligação e apoio às organizações populares, a fim de concretizar as linhas de acção política definidas pelo MFA.

Na revolução portuguesa respira-se um clima de respeito pela pessoa humana, pelas liberdades fundamentais do homem, e assim prosseguiremos.

O que não significa transigência em relação aos que procuram confundir as inteligências, provocar a desagregação do povo português, com a única finalidade de recuperar ou manter privilégios de classe ou casta.

Aos militares exige-se um espírito aberto, um esforço lúcido de análise objectiva das realidades nacionais, o afastar consciente de mitos e fantasmas implantados pelo fascismo, a compreensão das dificuldades do processo histórico português, e a participação, em todos os momentos, na revolução portuguesa.

A indeterminação, o voluntarismo, o colonialismo, o burocratismo, não deverão ter lugar entre nós.

Os militares, deverão ser um exemplo constante de empenhamento na melhoria das condições de vida do Povo Português.

Os militares deverão participar totalmente na difícil, mas imprescindível e inadiável missão de estruturar umas FA democráticas, inteiramente integradas na linha de acção política definida pelo CR.

E deverão em todos os momentos entender-se como realizadoras da vontade nacional de independência e aglutinadores das forças políticas sinceramente interessadas em participar na acção que conduzirá ao fim da exploração do homem pelo homem, no nosso País.

A nossa acção de militares junto do povo, se esclarecida, se conforme com os

princípios enunciados pelo Movimento das FA, será efectivamente, revolucionária e libertadora.

Encontraremos nessa ética militar revolucionária, a força do ânimo para propor ao povo português os necessários sacrifícios na certeza de sermos compreendidos pelos nossos companheiros de luta, os trabalhadores portugueses.

Encontraremos a necessária firmeza para responder a quaisquer actos, calúnias ou provocações, desencadeadas pelos inimigos do povo português.

Os homens definem-se pelos actos que praticam. E as palavras, convém deixar bem claro, são actos.

E quando as palavras pronunciadas não encontram coincidência com actos praticados, responsabilizaremos quem, dentro ou fora das FA, procura na confusão e na ambiguidade, campo social para manobras que a ética da Revolução Portuguesa, preconizada pelo MFA, claramente repudia.

Todos os portugueses são chamados a participar na reconstrução do País.

As circunstâncias em que nos movemos aconselham-nos um sentimento de luta pela Salvação Nacional, aceitando conscientemente os sacrifícios necessários, exigindo clara definição dos objectivos da revolução, e colocando todas as nossas potencialidades individuais ao serviço da colectividade.

A liberdade será, hoje como sempre, a consciência que temos das nossas necessidades.

A liberdade encontra-se na luta do homem para se afirmar como indivíduo criador de uma sociedade nova.

A liberdade encontra-se na luta colectiva dos explorados e ofendidos por uma sociedade onde o homem se afirma como indivíduo criador.

Dentro das FA temos consciência da necessidade de manter uma profunda fidelidade aos princípios que fomentam a acção política do MFA.

Exigiremos portanto uma total disciplina militar revolucionária, factor essencial de aglutinação do povo português em caminhos do futuro.

E procuraremos organizar-nos de forma a correspondermos à confiança que as classes mais desfavorecidas do povo português tão abertamente nos vêm demonstrando desde Abril de 1974.

Temos um longo e difícil caminho à nossa frente.

Forças Armadas de um povo em luta pela independência nacional e pela justiça social estamos determinados e temos a certeza de vencer.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DO EXÉRCITO

Realizou-se no dia 3 de Julho de 1975, no Centro de Sociologia Militar, a Assembleia de Delegados do Exército, que cumpriu uma extensa agenda de trabalhos sobre a reestruturação democrática do Exército, a situação política e o projecto da aliança Povo-MFA.

A sessão decorreu num ambiente de trabalho intenso e grande unidade, tendo sido aprovadas importantes moções e uma mensagem de saudação ao povo de Cabo Verde.

Do Boletim Informativo do Secretariado da Assembleia de Delegados do Exército, da responsabilidade do Gabinete de Dinamização do Exército transcrevemos duas das moções aprovadas durante a reunião:

MOÇÃO DE APOIO AO MFA EM MOÇAMBIQUE

Considerando que a actuação do Movimento das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique foi decisiva para o desenrolar pacífico do processo que levou à independência completa a 25 de Junho de 1975;

Considerando os benefícios políticos, económicos e sociais que daí resultaram com a transformação dos velhos laços coloniais em laços de igualdade, amizade e cooperação entre os povos irmãos de Moçambique e Portugal;

Considerando que as relações, que se pretendem exemplares, entre Portugal e Moçambique são da maior importância para a sua independência nacional e que dão um importante contributo para a paz mundial;

Propomos:

Um voto de apreço a todos os camaradas do Movimento das Forças Armadas em Moçambique, do Exército, Marinha e Força Aérea, nomeadamente ao comandante Vítor Crespo, pelo elevado espírito revolucionário e internacionalista com que desempenhou a sua patriótica missão.

Assembleia do Exército

Lisboa, 3 de Julho de 1975

MOÇÃO ACERCA DO PLANO DE ACÇÃO POLÍTICA

Considerando que o Plano de Acção Política apresentado pelo CR está de acordo, nas suas linhas gerais, com a actual fase do processo revolucionário em curso e sintetiza as linhas fundamentais do MFA;

Considerando que, com o agravamento da crise económico-social que o país atravessa, se torna imperioso que o PAP seja rapidamente concretizado e que só a prática sancionará a sua correcta interpretação progressista;

Considerando que é inadiável e indispensável um reforço da autoridade no país, autoridade essa que deve ser encarada numa perspectiva de avanço seguro para o socialismo;

A Assembleia do Exército delibera:

— Apoiar o PAP na sua generalidade, como um plano realista que aponta a via a seguir para o desenvolvimento do processo revolucionário, na presente fase, indicando que o MFA tem como objectivo essencial a construção do socialismo e a independência nacional.

— Que as medidas que o CR tomar no sentido de tornar possível a realização do PAP, deverão ser enérgicas e suficientemente firmes, capazes de removerem os obstáculos que porventura se venham a verificar, nomeadamente ao nível dos centros de poder instituídos.

— Apoiar o CR na medida em que este deverá sentir em torno de si todas as Forças Armadas, para que possa cumprir as missões históricas que lhe cabem, numa actuação suprapartidária e em permanente defesa dos interesses das classes exploradas do Povo Português.

Assembleia do Exército

Lisboa, 3 de Julho de 1975

CURSO DE MONITORES DO CENTRO DE SOCIOLOGIA MILITAR DA 5.ª DIVISÃO

Com a participação de cerca de 30 militares (oficiais, sargentos e praças) dos três ramos das Forças Armadas, decorreu durante o mês de Julho no Centro de Sociologia Militar da 5.ª Divisão o primeiro curso de monitores. A realização destes cursos vai de encontro à necessidade sentida pelo MFA de dar melhor preparação política aos seus quadros.

Os militares que participaram neste curso, com duração aproximada de 10 dias, vieram de unidades militares de diversos pontos do País.

Dos vários temas tratados ao longo do curso salientamos; história do povo português; introdução ao socialismo científico; técnicas de dinâmica de grupos; organização e objectivos do MFA e ainda o estudo da Revolução Portuguesa com análise dos seus antecedentes históricos e páginas mais expressivas do processo revolucionário.

O curso visitou uma unidade de produção industrial, uma unidade agrícola e ainda uma unidade militar.

POR UM EXÉRCITO DEMOCRÁTICO

DIRECTIVA PARA A ESTRUTURAÇÃO DEMOCRÁTICA DO MFA NAS UNIDADES E ESTABELECIMENTOS MILITARES

01 — PREÂMBULO

- a — A fim de dar corpo ao MFA em todos os escalões do Exército — e em dar cumprimento dos "Princípios e Linhas de Acção" que o Conselho da Revolução aprovou em 27/3/75 — são criadas, no âmbito da estrutura do MFA, as Assembleias de Delegados de Unidade do MFA, (ADU) em todas as Unidades e seus Destacamentos, do Continente e Ilhas.
- b — A representação e direcção do MFA nas Unidades e Destacamentos Militares actua em colaboração com os respectivos Comandos, mas não se confunde com eles. As ADU são órgãos de conselho e de apoio do Comando, destinados a auxiliá-lo em problemas que interessam ao cumprimento da missão da Unidade, propondo acções, actividades e a adopção de medidas que contribuam para a criação de um Exército eficiente, coeso e democrático, ao serviço do Povo e da Independência Nacional e capaz de corresponder à sociedade socialista e pluralista que se quer construir.
- c — Por inerência, o Comandante é o Presidente da ADU. Fazem também parte dela, onde existam, os Delegados à AMFA e os Delegados do MFA na Unidade ou Destacamento (02.a.(1), desta Directiva), bem como elementos de todas as classes militares.
- Assim se garantem, simultaneamente, além da plena representatividade das ADU, um elevado grau de iniciativa como fermentos de inovação do seio do Exército e um íntimo contacto com os Comandos, mutuamente benéfico e sem o qual o impulso revolucionário não poderá em definitivo, frutificar.
- d — Importa porém salientar que a ADU de modo algum põe em causa a autoridade e a responsabilidade de decisão do Comando. Os Comandantes, por seu turno, deverão ser os primeiros militantes do MFA, tendo sempre presente que se não pretende restaurar uma instituição militar ultrapassada, mas sim criar uma nova, no sentido de se caminhar para um Exército competente, democrático e revolucionário, posto ao serviço do Povo e capaz de corresponder à Sociedade Socialista que se quer construir.
- e — O cumprimento da presente directiva, contribuirá para fazer das Forças Armadas uma grande força patriótica, democrática e socialista; e, como tal, um importante suporte das conquistas populares e da Revolução Portuguesa.
- f — A realização séria e consciente deste programa de trabalho constituirá também um decisivo contributo para estabelecer nas FA

uma hierarquia de competência e uma verdadeira disciplina, a qual resulta de uma adesão voluntária e consciente; e reforçará os laços de amizade, o convívio e a franca colaboração de todos os militares sem distinção de posto. Deste modo se levantará uma barreira natural contra todas as manobras tendentes a quebrar a unidade e a coesão das Forças Armadas.

- g — No âmbito da sua actividade as ADU regem-se:

- (1) Pelos princípios globais já definidos da Revolução Portuguesa, tendo em vista a construção de uma sociedade socialista e pluripartidária, garantindo a independência nacional.
- (2) Pelo princípio do apartidarismo no seio das FA, recusando quaisquer tentativas de infiltração e controle dos partidos políticos.

02 — ORGANIZAÇÃO

- a — Em todas as Unidades, Escolas Práticas e Destacamentos Militares, devem constituir-se as Assembleias de Delegados de Unidades (ADU) com a seguinte composição:

- (1) O Comandante, que preside os oficiais que constituem o escalão de comando até à subunidade inclusivé; e os militares representativos de todas as classes (QP e QC).
- (2) Grupo Dinamizador da Unidade (GDU) orientado pelo GDE e constituído por:

- Oficial Delegado do MFA na Unidade.
- Delegado(s) à AMFA.
- Militares designados directamente pelo GDE, o qual fixará os limites mínimo e máximo para cada Unidade.

- b — Os oficiais que constituem o Escalão de Comando são os seguintes:

- 2.º Comandante.
- Director da Instrução.
- Comandantes de Batalhão ou Grupos Operacionais ou de Instrução, Comandantes de Subunidades (Companhia, Esquadrão, Bateria) Operacionais ou de Instrução.

- c — Os militares representativos de todas as classes referidos em (1) são eleitos da seguinte forma:

Cada classe (oficiais, sargentos e praças) elege um número de elementos, triplo das vagas a preencher por cada uma das classes no grupo de militares representativos, referido em (1). Os elementos assim eleitos constituem um colégio eleitoral que em conjunto e entre si, por eleição, preenche as vagas definidas para as várias classes e quadros.

- d — O número de praças a eleger da forma definida na alínea anterior nunca poderá ser inferior ao somatório dos oficiais e sargentos eleitos.

Os quantitativos de elementos a eleger por cada classe serão fixados pelo Grupo Dinamizador, em função dos efectivos da Unidade e de envergadura das tarefas a realizar.

03 — MISSÃO

- a — ADU

A Assembleia de Delegados da Unidade, como órgão de conselho e apoio do Comando e intérprete do espírito do MFA na Unidade, compete discutir e propor actividades e acções e a adopção de medidas que visem:

- (1) No âmbito da *Dinamização Interna*:
 - (a) A formação cultural e política dos militares, apartidária mas informada pelo espírito da Revolução;
 - (b) Fomentar a participação activa e voluntária de todos os militares no racional aproveitamento dos tempos livres;
 - (c) O reforço da coesão e espírito de corpo de todos os militares entre si e em torno do MFA;
 - (d) O fortalecimento da disciplina da Unidade, colaborando no exercício da mesma como órgão de consulta do Comando, em termos que serão objecto de regulamentação posterior;
 - (e) O bem estar e a melhoria das condições de vida dos militares nos seus diversos aspectos, designadamente alojamento, alimentação e higiene;
 - (f) A promoção de actividades culturais, recreativas e desportivas.

- (2) No âmbito da *Dinamização Externa*:

- (a) A eficiente execução das campanhas de dinamização cultural e acção cívica que sejam determinadas pelo GDE e CODICE ou, no caso de Destacamentos, pela Unidade de que dependem;
- (b) A realização, por iniciativa própria e em ligação com o escalão superior, de outras campanhas de dinamização cultural e acção cívica, julgadas oportunas numa perspectiva local;
- (c) O estreitamento de relações adequadas com as populações e as autoridades civis.

- b — GDU

Ao GDU compete ainda especificamente:

- (1) Assegurar a dinamização interna da Unidade;
- (2) Constituir o elo de ligação permanente entre as Unidades e as instâncias superiores do MFA.

04 — FUNCIONAMENTO

- (a) A ADU reúne:

- (1) Ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês;
- (2) Extraordinariamente:

- (a) Por iniciativa do Comandante;

- (b) Por proposta do Delegado do MFA ou do(s) Delegado(s) à AMFA;
- (c) Por proposta de, pelo menos, um terço dos militares eleitos em representação das classes (n.º 2.c).

b — Reuniões gerais de militares ou reuniões de classe poderão ter lugar nas Unidades ou Destacamentos, quando tal for necessário para o cumprimento das missões em que se achem investidas as ADU, por iniciativa destas, do GDU ou de militares, devendo de tais reuniões ser dado conhecimento ao Comando e ao GDU.

c — Para cabal prossecução dos objectivos apontados, as ADU podem constituir grupos de trabalho, nomeadamente equipas para dinamização interna e externa, e chamar a si os elementos de que precisam para o efeito.

d — As ADU recebem directivas do GDE, mas este limitar-se-á, em regra, a fixar as linhas gerais de actuação, deixando uma larga margem ao espírito criador e de iniciativa de cada ADU, pelo que estas gozarão de grande latitude de acção.

e — Sem prejuízo da responsabilidade específica do Comando, as ADU são solidariamente responsáveis pelos eventuais abusos e desvios que cometerem, bem como pela acção dos grupos de trabalho por elas criados.



f — As ADU relacionam-se com os escalões superiores através do canal de comando. Todavia, sempre que as circunstâncias o exigirem, poderão contactar directamente com o GDE, com informação a quaisquer escalões intermédios. Deverão ser enviados à RM e GDE relatórios especiais sobre experiências consideradas de particular interesse e que tenham sido levadas a efeito, referindo os resultados obtidos e quaisquer sugestões julgadas pertinentes e que devam ser superiormente consideradas.

g — É vedado às ADU dar conferências de imprensa aos meios de comunicação social e difundir comunicados públicos sem prévia autorização, conforme o determinado pela circular n.º 5 de 10/4/75, do GDE.

h — Os elementos do GDU podem participar em todas as reuniões, autorizadas pelo Comando, que tenham lugar na Unidade.

i — As ADU procurarão, no decurso da sua actividade, respeitar o melhor possível as conveniências do serviço normal das respectivas Unidades.

05 — DISPOSIÇÕES FINAIS

a — Com a criação destas ADU cessam todas as actividades das EIIRP e bem assim as de Comissões, Equipas ou Conselhos, etc., existentes nas Unidades ou Destacamentos Militares (à excepção dos Delegados da Comissão Nacional de Sargentos) devendo as actividades de reconhecida utilidade que têm vindo a ser desenvolvidas por essas estruturas associativas que ora são extintas, serem cometidas imediatamente às ADU.

b — Os Comandantes das Unidades e Destacamentos devem dar cumprimento a esta directiva, da qual darão conhecimento a todos os militares sob as suas ordens. E facilitarão e fomentarão o trabalho das ADU nele participando activamente como membros natos que são.

c — O trabalho dentro das estruturas do MFA deve ser desenvolvido com

verdadeiro espírito de militância — O MILITAR É UM MILITANTE DO MFA.

d — Como referido em 01.a, a presente Directiva respeita apenas às Unidades Militares e seus Destacamentos. Embora o espírito que informa esta Directiva seja generalizável aos Estabelecimentos e outros órgãos Militares, reconhecem-se não lhes serem totalmente aplicáveis as normas fixadas, dada a diversidade de situações e a especificidade dos vários Estabelecimentos Militares e outros órgãos existentes. Assim, com base na presente Directiva, os Directores ou Chefes dos Estabelecimentos e outros órgãos militares deverão enviar propostas ao EME (GDE), para estudo e elaboração da directiva específica.

A CRISE ECONÓMICA, A BATALHA DA PRODUÇÃO E A LUTA PELO SOCIALISMO

(Cont. da pág. 1)

A batalha da produção não quer dizer produzir mais e de qualquer maneira, indiscriminadamente em todos os sectores e empresas, pois também sabemos que há empresas que não têm encomendas a satisfazer, colocando os operários numa situação de subemprego, que outras têm os stocks máximos atingidos sem a respectiva venda, que outras ainda lutam com graves dificuldades no abastecimento de matérias-primas, etc. Por outro lado seria um suicídio económico defender para saída da situação de subemprego ou do desemprego existentes, a diminuição do horário de trabalho uma vez que isso acarretaria, sim, uma ainda maior desorganização da produção capitalista e portanto mais desemprego. Ora essa desorganização não se combate agravando ainda mais a situação económica de muitas empresas e consequentemente dos respectivos trabalhadores, mas através da constituição e consolidação das suas organizações unitárias em todas as empresas, sejam sindicatos para a defesa dos seus interesses mais imediatos, sejam as comissões de trabalhadores, órgãos mais marcadamente políticos, eleitos em plenários revogáveis a todo o momento e em que uma das suas tarefas fundamentais é o "controle organizado da produção". Veja-se o caso de alguns sectores em crise como por exemplo os têxteis, a indústria automóvel, a construção civil e o material eléctrico. Nesses sectores a reconversão da produção e sua orientação para a satisfação das necessidades sociais é condição do combate à desorganização capitalista e que numa fase posterior pode aumentar o número de postos de trabalho.

A economia e respectivo controle é hoje uma tarefa decisiva onde muito se pode ganhar. Os lucros das empresas do sector privado não são uma simples coutada do patrão, mas os trabalhadores têm hoje a possibilidade e o direito de fiscalizar da sua aplicação na empresa ou no interesse nacional.

... NA AGRICULTURA ...

Na agricultura, os operários agrícolas do Alentejo têm dado um exemplo claro do que é a "batalha da produção". Eles iniciaram-na, na prática, há meses, quando ocuparam as terras incultas e mal aproveitadas para as cultivarem exigindo ao mesmo tempo que se fosse decisivamente ao ataque aos latifúndios o que mais tarde resultou na sua expropriação até determinado limite. Assim levarão também para a frente a "reforma agrária". Por todo o lado construirão também as suas organizações de base — conselhos de aldeia — onde discutirão e darão solução não só aos problemas locais (saúde, habitação, educação, transportes, colocação de excedentes de mão-de-obra desempregada sazonalmente, etc.) mas também a tarefa da consciencialização política e ideológica numa verdadeira batalha da cultura e de mudança das mentalidades.

No minifúndio ou onde quer que predomine o pequeno e médio agricultor não é necessário pedir-lhes que adiram à batalha da produção pois eles são dos que mais trabalham neste país de manhã à noite. Mas para ele que sempre foi explorado, não pelo patrão mas pelo intermediário no circuito da distribuição dos produtos, a batalha da produção significa interessá-lo e mostrar-lhe as vantagens da construção de cooperativas de produção e

distribuição por todo o País beneficiando do associativismo, de amplas possibilidades de crédito barato, de máquinas, de sementes seleccionadas e de adubos. Significa também a fundação e consolidação de sindicatos agrícolas para aqueles que se encontram ao serviço de empresas, como assalariados, à semelhança do que existe no Sul, e sobretudo de ligas de pequenos e médios agricultores de que não poderão fazer parte senão aqueles que vivem inteiramente da exploração da terra ou que dela fazem a sua principal actividade, com exclusão dos proprietários que recrutam assalariados e dos caciques locais. Nessas ligas discutirão a melhor maneira de defender os frutos do seu trabalho como por exemplo a fixação dos preços dos produtos, assim como toda a operação nos respectivos custos, como taxas injustificadas. Significa também, nestas zonas, a construção de conselhos de aldeia onde todos possam igualmente discutir os problemas já focados e que é ao mesmo tempo o melhor local de neutralizar todas as formas de caciquismo e de obscurantismo ideológico, impedindo-os nomeadamente de se servirem das autarquias e juntas de freguesia onde se acoitam para continuar a exploração.

Na agricultura e também nas pescas se caminhará assim para uma maior produção de alimentos, diminuição da sua importação, e reforço das organizações de base.

... NA INDÚSTRIA ...

Na indústria, há muitas empresas em autogestão, porque o patrão fugiu ou as abandonou assim como outras em débil situação financeira porque sobreviviam à custa da mão-de-obra barata. Nestas nem sequer o problema da produção se põe, pois os trabalhadores de imediato compreenderam que estava nas suas mãos o seu direito ao trabalho não hesitando em tomar conta delas ou fiscalizá-las apertadamente. Nos sectores em crise como no automóvel, têxteis, construção civil, etc., a batalha da produção passa por um empenhamento dos trabalhadores na reconversão da produção de modo a colocá-las ao serviço do mercado interno, ou procurando novos mercados nos países com quem recentemente estabelecemos relações. Reconversão não de qualquer maneira mas planeada e por fases de modo a estabelecer-se um clima de compreensão e de confiança por parte dos respectivos trabalhadores no que toca ao seu direito ao trabalho. Eles aliás tem colaborado activamente nessa reconversão através das suas organizações de base.

... NOS SERVIÇOS ...

Enfim naqueles sectores e empresas onde a situação é normal não afectados pela crise, os trabalhadores exercerão o controle organizado da produção, para que sabotagens e desvios de capital não sejam possíveis, para que os lucros sejam reinvestidos e se criem novos empregos, não havendo pois perigo de o aumento de produção reverta em mais lucros para o patrão. Quanto aos serviços, os principais hoje quase todos do domínio do sector público, os trabalhadores deverão compreender que as perturbações aí verificadas afectam profundamente os outros trabalhadores, sejam os transportes, as comunicações, bancos ou seguros ou a administração pública.

Deve caminhar-se para mais íntimos contactos entre os diversos órgãos representativos. Nós sabemos que os empregados de alguns serviços nomeadamente a administração pública são dos mais mal pagos. Mais fácil se torna por isso, o seu aliciamento para propostas irrealizáveis que a serem aplicadas arrastariam o País mais rapidamente para o caos e que em vez de melhorar, só pioraria a sua situação e a de todos os trabalhadores.

A melhoria da sua condição de vida é uma reivindicação justa mas a exemplo do que se passa com os trabalhadores do campo e da indústria, a batalha da produção deve ser encarada como uma tarefa prioritária. É aqui a batalha da produção é tão simplesmente aumentar a eficiência dos serviços prestados ao público. É, na administração pública, nos bancos, seguros, lançar verdadeiras campanhas de simplificação de métodos de trabalho antiquados e de eliminação de papéis e documentos inúteis. combater o isolamento dos serviços e quem o promove dessa forma evitando também a repetição das mesmas tarefas e a existência de normas de funcionamento burocrático entre eles. Enfim, contribuir para a formação de uma máquina estatal inteiramente nova, ao serviço dos interesses dos trabalhadores e não estes ao serviço da máquina. Sem isso será impossível caminhar por uma economia planeada porque todas as solicitações que lhe sejam feitas depararão com a indiferença e burocracia.

Resta acrescentar que seja no campo, na indústria, nos serviços, na administração pública, a batalha da produção entendida desta forma não é um fim em si, é uma tarefa a inserir cada vez mais num plano de reconstrução nacional, ambos perfeitamente compatíveis com o desenvolvimento das organizações de classe dos trabalhadores sejam elas as assembleias populares, as comissões de trabalhadores e moradores, os sindicatos, os partidos verdadeiramente revolucionários, e que aliados a todos os elementos progressistas das FA, levarão à conquista do socialismo.

NOTAS SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS

A estrutura socio-económica portuguesa, após o 25 de Abril, vem evidenciando o seu carácter heterogéneo e contraditório, através das divergências das bases sociopolíticas que constituem os partidos.

Efectivamente assistimos a um reagrupamento de forças da burguesia e à formação de um movimento democrático-revolucionário.

O MFA, concretizando a necessidade histórica de derrubar um regime agonizante e incapaz de se revitalizar, inicia uma Revolução, avulzada pela maioria do povo português, despida de violência, diferente portanto de processos resultantes de uma luta armada.

Deste modo, fácil se tornou à contra-revolução, iniciar imediatamente a sua luta, encapando-se nos partidos que foram facultados.

As clarificações políticas resultantes do 28 de Setembro e do 11 de Março, obrigaram à redução de vários partidos contra-revolucionários, mantendo-se no entanto obviamente, as suas bases sociais, que, para continuar a sua acção, se distribuíram pelas associações não revolucionárias remanescentes.

Não admira portanto que existam partidos onde parte das bases sociais que pouco têm a ver com as respectivas linhas programáticas, sejam mais reaccionárias que as cúpulas, percebendo-se então porque a revolução se ressentiu quando essas cúpulas se dedicam à violência verbalista.

Enquanto a luta se limitasse a um diálogo mais ou menos violento de direcções partidárias, num confronto ideológico, por vezes estéril, tudo se assemelharia a um confronto parlamentar, com o povo entretido e confundido com reivindicações salariais. Mas ultrapassada a fase de reivindicação apenas pelo salário, e iniciada a luta pelo controle dos meios de produção, com a consequente organização popular, capaz de acções objectivamente revolucionárias, agudiza-se a luta de classes.

Assiste-se então a uma fase característica da Revolução, em que às manobras desesperadas da classe

exploradora, — sabotagem da economia, tentativas de divisão no seio do MFA, criação de conflitos artificiais concentrados à volta dos chamados "casos", — corresponde a acção revolucionária das massas trabalhadoras. Para a reacção, a mobilização popular em termos de organizações, prontas para defenderem a revolução, numa frente unitária, meio eficaz para o desenvolvimento de uma acção de libertação nacional, é o alarme.

Devem no entanto as forças revolucionárias não esquecer, que não é possível passar do fascismo estéril e corruptor para a via do socialismo sem coexistir com fases aparentemente contraditórias.

A inteligência política, a lucidez e a determinação, devem acompanhar-nos a cada instante, desde a compreensão do pluri-partidarismo às exigências táticas de uma frente revolucionária.

A construção do socialismo, visando a sociedade sem classes, mesmo nem sempre obrigando necessariamente, a uma luta violenta, exige que a destruição da classe exploradora seja fruto da vontade colectiva do povo. O desenvolvimento do processo revolucionário obriga a uma análise objectiva da correlação de forças de classe em cada momento. De um lado os partidos que estão com a revolução e dispostos a ligar a sua capacidade de luta e mobilização às organizações populares unitárias. Por outro lado encontram-se os partidos que naturalmente, ou por deslocação estratégica, se agrupam como representantes de classe, na contra-revolução.



IMPRENSA DE UNIDADE

Recebemos o n.º 1 do Boletim Informativo da Associação dos Alunos da Academia Militar. Dele transcrevemos o editorial.

DE "VELHA FÁBRICA
DE OFICIAIS"
A ACADEMIA
REVOLUCIONÁRIA

Surge este boletim num momento particularmente significativo da nossa vida académica. No momento em que, finalmente, "a Academia Militar se senta à mesa do Conselho da Revolução".

Hora de regozijo, mas também de responsabilidade, consideramos oportunas algumas reflexões sobre o "nosso", processo, cientes, todavia, de que o tempo necessário à sua análise e síntese não foi ainda percorrido.

Analisar o que fomos, o que somos e o que seremos é, pois, tarefa difícil. No entanto, uma certeza possuímos desde já: a de que temos aprendido Democracia.

Feita a partir de pequenos passos, de avanços e recuos estratégicos, a nossa

aprendizagem tem progredido, e é com certo orgulho que vemos institucionalizar-se o órgão que, de há muito, vinha sendo ponta de lança na luta pela integração da Escola no processo revolucionário.

A associação mais não é que o resultado directo da nossa gradual consciencialização, obtida a partir de um espírito de unidade e coesão que fomos cultivando e fortalecendo na defesa activa da nossa causa.

É certo que nem sempre soubemos distinguir o essencial do acessório. Mas o espírito revolucionário não nasce dentro de nós, adquire-se na luta do dia-a-dia. Ganha-se, quando verdadeiramente empenhados na solução dos problemas concretos.

Influenciados por um sistema onde o obscurantismo e o elitismo se completavam, em que opressão e cultura se confundiam, alguns de nós ainda hoje sentimos dificuldade em transpôr as barreiras que nos impunham.

No entanto, essa ultrapassagem vai-se tornando, para a maioria, algo irreversível.

Fase necessária e urgente todos a entendemos como um repensar de nós

próprios e da realidade que nos rodeia. Para tal deverá contribuir o Movimento Associativo, entendido na sua expressão mais simples — a comunicabilidade.

Será unidos em torno dos problemas reais, que iremos adquirindo, através do mútuo esclarecimento e no diálogo, a capacidade de resposta adequada à dinâmica da Revolução.

Agora, que se inicia a reestruturação da Academia, de modo a comunicar-lhe — enquanto Escola de formação de futuros oficiais — uma dinâmica adequada às exigências do Processo, bom seria que essa reformulação se iniciasse dentro de cada um, já que as estruturas irão render, em eficácia, tanto quanto os homens que as impulsionam renderem.

A consolidação do associativismo, a todos os níveis, será garante de que jamais seremos meros espectadores num processo que é de todos — a construção do Socialismo.

E, certos de que "a velha fábrica de oficiais" foi definitivamente enterrada, caminharemos confiantes para o futuro.

NACIONALIZAÇÕES, SOCIALISMO, PLANEAMENTO

1.1 Desde o 25 de Abril do ano passado que tem havido uma modificação da nossa economia, mas é desde o 11 de Março que se verifica uma modificação mais radical, pela opção clara por uma profunda política antimonopolista e antilatfundista numa perspectiva anticapitalista.

Todos têm bem presentes as nacionalizações da banca, dos seguros, de transportes e comunicações e de sectores base da economia, as alterações de actuação verificados em alguns desses sectores, a reactivação do comércio com os países socialistas, as intervenções do Estado pontualizadas em empresas emersas em campos de actuação de iniciativa privada.

Estes factos são do conhecimento público mas é de realçar que mais uma vez a unidade POVO/MFA constituiu e constitui o cerne do próprio processo revolucionário:

— Os trabalhadores há muito reivindicavam nacionalizações democráticas e lutavam por tal; o Conselho Superior da Revolução concretizou esses anseios e rasgou novos horizontes à economia portuguesa e à luta revolucionária dos trabalhadores.

— Estas medidas e o apoio manifestado ao controlo organizado da produção pelos trabalhadores mostraram a estes que a economia não lhes pode ser estranha.

1.2 Se já foram feitos importantes progressos na construção de uma nova economia ao serviço do Povo Português, também é verdade que ainda se atravessam hoje bastantes dificuldades. Contudo estas só demonstram que é necessário continuar no caminho encetado. As dificuldades resultam não das medidas antimonopolistas e antilatfundistas, mas da nossa inserção, em situação de dependência, na economia capitalista mundial abalada por profunda crise de estrutura, do boicote do grande capital nacional e internacional, da situação gravemente atrasada e desequilibrada em que o fascismo deixou o País. Vencer as diversas fases e dificuldades que se levantam neste período de

consolidação da democracia significa uma continuação de medidas como as que já foram tomadas, mas significa igualmente a necessidade de criar uma forma superior de organização da economia em que o planeamento tem um importante papel a desempenhar. De facto a nossa economia tem que ser planificada. Tal não significa a existência de um qualquer organismo que elabore um documento que, respeitando as actuais "regras de jogo" da vida económica, aponte sugestões ou recomendações que têm que interessar as empresas para serem cumpridas. Planear é promover a actividade colectiva de todo o povo português na elaboração, realização e concretização prática do plano. É estabelecer e quantificar novos objectivos revolucionários económico-sociais, definir os meios de os alcançar nos prazos estabelecidos, com uma determinada escala de prioridades que, atendendo às leis económicas objectivas, se insiram na aspiração colectiva máxima da revolução portuguesa: o socialismo. Planear é conjugar esforços face ao essencial.

Planificar a economia é tarefa árdua, quer para os trabalhadores quer para as estruturas governamentais, mas imprescindível. Não nos poupamos a esforços. Será a acção conjunta das duas interligadas componentes do processo revolucionário que poderá levar a bom termo essa tarefa.

Essas dificuldades não podem deixar-nos na expectativa. A tarefa é urgente. As recentes decisões do Conselho Superior da Revolução sobre o assunto constituem um importante contributo ao processo revolucionário.

PORQUÊ PLANEAR?

2. Convém analisarmos um pouco mais as razões da importância e urgência do planeamento. São de salientar os seguintes aspectos:

a) Até à nacionalização da banca os objectivos económicos e as prioridades empiricamente estabelecidas correspondiam aos das próprias empresas capitalistas, isto é, a maximização do lucro orientava todos os esforços económicos. Esses objectivos típicos

de uma sociedade capitalista não desapareceram nem deixaram de ser dominantes, embora já hoje limitados, mas não podem continuar a nortear a sociedade portuguesa se queremos efectivamente avançar. Há que deslocar totalmente o eixo da economia, do lucro individual para a melhoria da situação económico-social do Povo Português, particularmente das classes mais desfavorecidas.

O MFA já definiu a orientação socialista do processo revolucionário. Em alguns sectores — ex. Banca nacionalizada — já se deslocaram os objectivos de actuação económica, mais do que não fosse porque o contacto com toda a economia e com os anseios dos trabalhadores tal exigia, mas há que estender esse esforço a toda a sociedade: na maioria dos casos não houve mudança de atitude, quer por inactividade dos interessados quer, sobretudo, por impossibilidade de o fazer ao nível da empresa.

Partindo de objectivos gerais revolucionários deve-se chegar a etapas quantificadas, clarificando as directrizes prioritárias que devem orientar todos os agentes económicos. Há que banir o lucro, o que não quer dizer rentabilidade, como objectivo determinante.

b) Apesar das medidas económicas até hoje tomadas e dos esforços desenvolvidos por comissões de trabalhadores/sindicais em alguns sectores, a concorrência entre empresas continua a ser o princípio que rege a dinâmica social e a vida normal das empresas.

Sendo verdade que tal contribui, em alguns casos, para evitar situações de diminuição de rentabilidade e de burocratização, representa para o conjunto da economia um enorme dispêndio de iniciativa criadora e de riqueza: despesas de publicidade, manipulação do consumidor, fabricação do mesmo produto por diversas empresas, roubo de mercados e não exploração de outros, desperdício de energia, etc. Há que coordenar esforços, optar decididamente pela cooperação na prossecução dos objectivos e prioridades definidas, articulando, eventualmente, essas medidas com a emulação.

c) A clarificação de objectivos e prioridades, a conjugação dos esforços das classes trabalhadoras e de todos os intervenientes na vida económica permite ultrapassar indecisões que se manifestam individual e colectivamente, quanto ao caminho a trilhar, tantas são as possibilidades e tão agudamente se manifestam sobre os homens as contradições do próprio processo revolucionário.

Clarificando no concreto o caminho a trilhar é possível avançar muito mais rapidamente no desenvolvimento económico. Permite detectar mais facilmente as contradições e os pontos de estrangulamento e tomar medidas para a sua resolução.

d) Desde o 11 de Março tem o MFA tomado um importante conjunto de medidas económicas — nacionalizações, programa nacional de emprego, controlo organizado da produção pelos trabalhadores, etc. — que é necessário alargar e concretizar. Simultaneamente há que tomar essas resoluções não como peças desligadas umas das outras, mas como um conjunto de medidas harmónicas

procurando a realização conjunta dos mesmos objectivos gerais.

e) As nacionalizações democráticas constituem um importante passo em frente, permitem a resolução da contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da sua apropriação. Constitui, contudo, apenas o primeiro avanço para que esses sectores da economia sejam colocados ao serviço do povo português. É necessário que tomem uma nova atitude económica dentro da empresa e nas relações com outras empresas e sectores — quanto a produtos, preços, gestão, distribuição, qualidade, ... — que, se é possível até certo ponto ser tomada pelos trabalhadores da empresa, só adquire total expressão e viabilidade de realização quando consignada no planeamento.

f) Várias vezes tem sido justamente afirmado a necessidade de neste período se manter e estimular a iniciativa privada em vários sectores. Mas é importante que aquela se enquadre no esforço comum, seja levada à realização dos objectivos que se propõem para o conjunto da economia. É necessário que os objectivos capitalistas que tenderão inevitavelmente a permanecer nesses sectores sejam atenuados e enquadrados pelos objectivos gerais. Para que tal seja levado a bom termo cabe um importante papel aos trabalhadores na realização do controlo e aos sectores nacionalizados nas actuações face aos sectores privados. Contudo, só com o planeamento se pode especificar e conjugar essas tarefas.

g) A planificação permitirá também detectar mais claramente em que empresas ou sectores é mais importante promover novas nacionalizações ou controlo de empresas e alterar a estrutura económica.

Todos os anteriores aspectos podem ser sintetizados na seguinte frase, clara de significado mas muito difícil de realizar: sobreposição dos interesses gerais da economia sobre os interesses particulares.

MAS ESTÃO PREENCHIDAS AS CONDIÇÕES PARA PLANEAR?

3. Na medida em que planificar é organizar de forma nova toda a economia, só se pode realizar dentro de um determinado quadro social. Surge, pois, no imediato, uma questão: estão preenchidas as condições para avançarmos para essa forma superior de organização da economia?

Uma sociedade planificada só o será plenamente numa sociedade socialista, particularmente numa sua fase avançada.

Contudo, verifica-se existir já hoje em Portugal um conjunto de condições mínimas, embora sejam necessárias a curto prazo realizar outras, para a passagem a uma economia planificada:

a) As nacionalizações e as intervenções do Estado que hoje abrangem os centros nevralgicos dos circuitos financeiros, centros vitais da economia e dos transportes, além de outras empresas em diversos sectores com intervenção, permite definir orientações gerais de forma imperativa, podendo o Estado influenciar decisivamente a economia pela sua própria actividade nesse campo e, consequentemente, influenciar directamente o sector privado com vista à sua

inserção nos objectivos gerais e concretos planificados.

Sem dúvida que haverá que avançar com novas nacionalizações — para já há que concretizar a nacionalização de muitas empresas que já se encontram numa situação de dominadas e de dependência da banca — mas a própria experiência adquirida nesse campo é o garante que, quando necessário, se avançará mais.

b) O controlo organizado da produção pelos trabalhadores é já hoje uma realidade em Portugal, particularmente em empresas e sectores chave. Certamente muito há ainda a fazer nesse campo, mas existe já um interesse dos trabalhadores pela economia e pelo controlo sobre muitas actividades que é um garante dum esforço de acção de todos os trabalhadores na planificação da economia, numa articulação entre as decisões centralizadas e as de nível local.

O próprio avanço do controlo da produção faz mostrar a necessidade de um esforço coordenado, para o qual os trabalhadores já avançaram em alguns casos.

Aliás esta necessidade de interligação entre controlo da produção e planeamento é clara na posição do Conselho Superior da Revolução: "... Isto implica a afirmação clara do princípio de controlo organizado da produção e eficácia coordenada pelos órgãos centrais de planeamento, segundo esquema a definir com brevidade".

c) A maneira relevante como os interesses dos trabalhadores são considerados pelo MFA constituem outro elemento de garantia da viabilidade de um tal planeamento.

Mas este só pode ser levado a cabo com uma máquina estatal desburocratizada, que terá de ser totalmente reformulada, de forma a acompanhar a própria evolução da base económica do processo revolucionário, e a colocar-se inteiramente ao serviço deste.

d) As relações com os outros países constitui aspecto importante da economia de qualquer país, sendo ponto nevralgico no nosso, pela dependência que ainda hoje nos encontramos das economias dos países capitalistas.

A livre iniciativa nesse campo pode conduzir a economia a situações graves, provocar a impossibilidade de cumprir os objectivos eventualmente definidos no plano.

Além disso, constitui um campo de carácter profundamente social, interessando não apenas uma empresa ou sector mas toda a economia.

Por estas razões o controlo e a nacionalização do comércio externo é condição importante para o sucesso do planeamento.

4. Não pretendemos ser exaustivos mas apenas levantar alguns problemas. O planeamento é parte integrante da luta de classes.

O Planeamento constitui um importante passo em frente e é indispensável que os seus objectivos e prioridades sejam revolucionários, isto é, se insiram na evolução objectiva da nossa sociedade para um socialismo verdadeiro como o MFA o tem definido: sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem.

ASSINATURAS DO BOLETIM DO MFA

ANUAIS VIA ORDINÁRIA

Continente	65\$00
Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor e Brasil	68\$00
Estrangeiro	104\$00

ANUAIS VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	89\$00
Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor	161\$00
Espanha	89\$00
Brasil	177\$00
Países Europeus (excepto Espanha)	146\$00
Países não Europeus (excepto Brasil)	213\$00

PEDIDOS A:

DISTRIBUIDORA "O SÉCULO" — Rua do Século — Lisboa

CONTROLE ORGANIZADO DA PRODUÇÃO PELOS TRABALHADORES

1. Nacionalizadas a maior parte das grandes empresas de capital nacional, expropriados os grandes latifúndios, estão vencidos os dois maiores obstáculos internos ao avanço do poder dos trabalhadores e do processo revolucionário.

Mas, a dominação do modo de produção capitalista, a continuação da anarquia da produção, a influência ao nível do poder político de forças reaccionárias, contém em si factores que poderiam conduzir à recuperação das medidas tomadas, nomeadamente as nacionalizações, e à consolidação das relações de produção capitalistas. Para impedir tudo isto, impõe-se uma tarefa imediata de todos os trabalhadores a instauração, como sua afirmação de poder em todos os locais de trabalho, do controle organizado da produção.

2. Imediatamente após o 25 de Abril, como forma de impedir que a crise económica que já então atingia o país, pudesse ser suportada pelos trabalhadores e aproveitando as amplas perspectivas de organização que se lhes abriam nas empresas, os trabalhadores constituem os órgãos que melhor defendem os seus interesses — as comissões de trabalhadores. Órgãos nascentes e dependentes apenas da sua vontade, têm, com raras excepções, interpretado correctamente tanto a defesa dos seus interesses imediatos — luta contra o desemprego, os despedimentos, melhoria das condições de vida — assim como outros objectivos mais gerais — luta contra a sabotagem económica que pretende implantar o caos, contra a burocrática máquina de Estado, pelo saneamento dos fascistas nas empresas, etc.

OBJECTIVOS DO CONTROLE

3. Na fase actual, as comissões de trabalhadores serão fundamentais para a instauração do controle da produção. Além das funções já citadas o controle da produção conduzirá sobretudo a: 1. combate à anarquia e desorganização da produção capitalistas (produção para o lucro) impondo uma produção racional e posteriormente planeada; 2. substituição dos critérios de gestão capitalista nos sectores nacionalizados, seu controle no sector privado (pessoal, produção, comercialização, aprovisionamento, circuitos financeiros, planeamento, etc.); 3. controle de todos os recursos da empresa e sua aplicação, desde os stocks aos lucros obtidos, e sua utilização em investimentos produtivos no sentido da criação de novos empregos e na produção de bens fundamentais. Simultaneamente os trabalhadores lançam o fundamento de novas relações de produção socialistas: determinação de nova divisão técnica do trabalho; determinação da quantidade e qualidade da produção não com a finalidade do lucro máximo mas da maior quantidade possível de bens de carácter social, o que implica desde já a reconversão de muitas empresas e sectores; conhecimento das técnicas de gestão utilizadas (custos, amortizações, valor da produção, proveitos, etc.). Desta forma, atacando no seu cerne a apropriação privada dos meios de produção e da ideologia que a suporta, da legalidade que a legitima e do poder político que pela força pretende impôr essa legalidade, os trabalhadores serão cada vez mais os senhores do seu próprio destino.

O CONTROLE E A DEMOCRACIA DIRECTA

4. Por outro lado esses órgãos criados são uma verdadeira escola de aprendizagem e do exercício da democracia directa, com a sua eleição e funcionamento em plenário ou assembleia, assim como a discussão ampla, livre e generalizada de todos os problemas, a crítica, a subordinação da decisão individual à decisão colectiva. Na generalidade, têm sabido utilizá-los, nas suas iniciativas e quando isso se torna necessário com outros órgãos, como as comissões sindicais da sua inteira confiança.

Ainda como embriões que são de um verdadeiro poder popular democrático, isto é, do poder dos trabalhadores e num momento em que o MFA se define como Movimento de Libertação assumindo a responsabilidade da descolonização interna do País e enquanto inseridos na perspectiva focada serão pois credores de todo o apoio.

5. No controle a exercer nas empresas devem os trabalhadores ter sempre em atenção quem são os seus aliados e os seus inimigos. Portugal não é, já hoje, uma coutada do capitalismo e como tal os órgãos de defesa e controle devem ter o máximo cuidado na sua actuação. Nas empresas nacionalizadas o controle tem como objectivo principal impedir a sua "estatização", no sector privado subordinar os interesses imediatos da empresa aos interesses gerais da economia do País, combatendo a sabotagem e o desperdício de bens; num caso e noutro caminhar para uma articulação dos dois sectores através do planeamento, isto é, gestão da economia sob relações de produção socialistas.

Assim, a pretexto de reivindicações de melhores salários nas empresas nacionalizadas, aliás justos, é perigoso identificar o Estado com o patronato mais reaccionário. Se não se tiver em conta a situação das demais empresas, podendo criar-se desigualdades salariais entre diferentes camadas de trabalhadores, prejudicando o funcionamento dos serviços indispensáveis a todo o País e que são de todo o Povo, tornar-se-ão inevitáveis, divisões no seio dos trabalhadores e o que é mais grave: isolar e impedir a unificação da sua vanguarda sem a qual não será possível alguma vez caminhar para a tão almejada sociedade socialista, antes abrindo o caminho à sua desorganização e à incapacidade de levar para a frente as tarefas que lhe competem.

Os trabalhadores devem pois analisar em cada momento qual a melhor forma de luta que conduza aos seus objectivos últimos. E ter presente que, como se diz no Plano de Acção Política aprovado pelo Conselho da Revolução "o panorama (...) é muito grave, mas não assustador, pois corresponde efectivamente, a uma fase sócio-política de eliminação dos erros do capitalismo monopolista e latifundiário que caracteriza o nosso País e ainda à crise do capitalismo internacional. No entanto, para que ele não se torne irremediável, forçoso é que o Povo Português tome, decisivamente, a seu cargo a construção do novo sistema económico socialista, e que as classes trabalhadoras DECIDAM, conscientemente, optar entre o socialismo, com os sacrifícios relativos e temporários que exige a sua construção, e o capitalismo, com toda a exploração e opressão que lhes são inerentes".

LISNAVE UMA EXPERIÊNCIA DE CONTROLE OPERÁRIO

Face a todas as manobras empreendidas pelo capitalismo monopolista para desarticular a nossa economia e agudizar a crise que o País atravessa, empreenderam os trabalhadores da Lisnave formas de luta com o objectivo de impedir a degeneração sócio-económica da empresa e assim agravar a crise e o desemprego. Daí o seu apelo à implantação do controle operário conforme o seguinte esquema:

PROGRAMA DE CONTROLO OPERÁRIO DA EMPRESA E REESTRUTURAÇÃO DE CONSELHO DE DEFESA DOS TRABALHADORES

O Controlo Operário é tarefa de todos os trabalhadores e será efectuado com base nos Conselhos de Controlo Operário de Sector e coordenado pelo Conselho de Defesa dos Trabalhadores.

O C.D.T. deverá articular a sua actuação com a Comissão Sindical a criar devendo, neste sentido, existir representantes da Comissão Sindical no C.D.T.

1 — Considerando que na fase actual do processo revolucionário o Controlo Operário tem um papel decisivo no lançamento das bases para a construção da sociedade socialista.

2 — Considerando que o Controlo Operário só será verdadeiramente revolucionário quando implantado nas bases e radicado na sua própria experiência de luta.

3 — Considerando que o Controlo Operário só será eficaz desde que obedeça a regras bem definidas de organização baseadas no princípio do centralismo democrático.

Propõe-se:

A imediata reestruturação do Conselho de modo a pôr em prática os princípios atrás considerados.

CONSELHO DE CONTROLO OPERÁRIO

1. COMPOSIÇÃO

A cada um dos diversos sectores da empresa corresponderá um Conselho



de Controlo de Sector. O C.D.T. sugere que os elementos que constituirão os diversos conselhos sejam eleitos democraticamente, por lista e por assembleia de secção na base da representação das diferentes secções do sector e o seu número seja necessário para garantir uma total cobertura do controle operário da empresa.

É forçoso que o acto eleitoral se baseie num critério de competência profissional e completa integração no processo revolucionário em curso, requisitos essenciais e absolutamente necessários para permitirem aos eleitos um cabal desempenho das funções.

2. FUNÇÕES

DESENVOLVER TODA UMA ACTIVIDADE QUE SE INTEGRE NAS REGRAS E PRINCÍPIOS DE CONTROLO OPERÁRIO CONFORME PROPOSTA APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE TRABALHADORES DE 27 DE MAIO DE 1975 E QUE SÃO:

2.1. — Controlar a actividade social do estaleiro nomeadamente no que diz respeito aos domínios do pessoal e informação, formação cultural e técnica, desemprego e disciplina social, no sentido de transformar as relações de trabalho e de produção, combatendo o seu carácter capitalista actual.

2.2. — Controlar a actividade do estaleiro nos domínios comercial e de produção, financeiro e económico, compras e aprovisionamento, planeamento e prospecção de trabalho, meios de produção e subempreiteiros. 2.1.1. — Controlar e ter acesso a toda a documentação não só interna, mas também toda a documentação trocada entre a gestão do estaleiro e o exterior, sendo considerado como delito de âmbito comum e punível dentro das leis em vigor, a ocultação premeditada de documentos e informações. Abolição completa de segredos profissionais dentro da unidade de produção. Obrigatoriedade de comunicação aos órgãos dos trabalhadores de todas as informações necessárias ao controle da produção pelos mesmos.

2.1.2. — Controlar todas as despesas da firma no que se refere aos custeios da produção, das representações e

outras. Divulgação de despesas do custo de produção aos trabalhadores dos diversos sectores, de modo a inseri-los dentro do controle da produção e incentivá-los na redução do custo das obras, sempre que tais medidas tiverem como objectivo a luta contra o boicote económico.

2.3. — Não partilhar das decisões da Administração, mas poder VETAR QUALQUER MEDIDA DE CARÁCTER LESIVO PARA OS TRABALHADORES, quer na escolha de determinados lugares na gestão, quer na admissão de pessoal e outros.

2.4. — Controlar todas as delegações ao estrangeiro, fazendo-as sempre acompanhar de elementos da confiança dos trabalhadores, assim como todas as delegações estrangeiras de visita ou de negócio na unidade de produção, sendo considerado boicotagem quando tal não se verifique.

2.5. — Incentivar a luta contra a política económica dos capitalistas, ao nível da empresa e do sector nacional de construção e reparação naval, o lock-out, o boicote e a sabotagem económica, a especulação, o derrotismo, o boato, etc., no sentido de combater o desemprego, a especulação e os critérios capitalistas de gestão de produção.

2.6. — FORÇAR A CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS DE PLANIFICAÇÃO NA VIDA ECONÓMICA DO ESTALEIRO NO SENTIDO DE REFORÇAR A EFICÁCIA DO CONTROLO OPERÁRIO permitindo o desenvolvimento das forças produtivas e o consequente aumento de produção.

O controle operário deverá necessariamente pôr em causa os critérios até agora em vigor na aplicação da mais valia produzida orientando-a no sentido da garantia do emprego, da melhoria das condições do trabalho e da criação da estrutura e experiências que contribuam para uma futura direcção da economia pelos trabalhadores, ao serviço do povo português.

2.7. — Promover a reclassificação de todos os elementos em relação aos quais se verifique desadaptação às funções que desempenham, seja por incapacidade, seja por se provar a sua desadaptação aos novos critérios a que a empresa e a economia em geral terão de obedecer.

2.8. — Orientar a sua actuação no sentido de combater a disciplina patronal capitalista, visando a construção duma disciplina revolucionária ao serviço do controle operário, do reforço da organização dos trabalhadores e do contributo a dar ao avanço do processo revolucionário.

CONTROLO OPERÁRIO A NÍVEL NACIONAL

Preconiza o CDT que a nível nacional se desencadeie de imediato o controle operário, desenvolvendo desde já todos os esforços para a criação dos seguintes órgãos de trabalhadores:

- 1) Conselho Nacional de Controlo da Indústria de Construção e Reparação Naval (composto por delegados de todos os estaleiros portugueses).
- 2) Conselho Nacional de Controlo da Produção das Empresas do Grupo CUF.
- 3) Conselho Nacional de Controlo da Produção da Indústria Portuguesa.

**não dê ouvidos
à reacção**



**o boato
é venenoso**



**o boato
é uma arma
da reacção**



**o boato
é reaccionário**



**o boato
serve a reacção**



**é preciso
esmagar
o boato**

